

## Visão geral



Transparência:

**40** /100

(Pontuação no Índice do  
Orçamento Aberto)



Participação  
Pública:

**6** /100



Fiscalização do  
Orçamento:

**48** /100

## Sobre o inquérito

As decisões orçamentais de um governo – quais impostos cobrar, quais serviços prestar e quanta dívida assumir – afetam a igualdade e o bem-estar do povo numa sociedade, inclusive as oportunidades reais que os mais desfavorecidos terão, ou não, de alcançar uma vida melhor. É fundamental que o governo informe e garanta a participação do público nessas decisões vitais que atingem suas vidas.

O **Inquérito do Orçamento Aberto (IOA)** é o único instrumento de pesquisa independente, comparativo e baseado em fatos que existe no mundo e que usa critérios aceitos a nível internacional para avaliar o acesso do público a informações sobre os orçamentos de governos centrais; as oportunidades para a participação do público no processo orçamental nacional; e o papel das instituições de fiscalização do orçamento, como o parlamento e as instituições de auditoria, no processo orçamental.

Este inquérito ajuda a sociedade civil local a avaliar e conferir junto a seu governo a transparência e o uso dos recursos públicos. Esta 7ª edição do IOA abrange 117 países.

Em [www.internationalbudget.org/open-budget-survey](http://www.internationalbudget.org/open-budget-survey), você encontrará mais informações, inclusive toda a metodologia do IOA, o Relatório Global para 2019, resultados de todos os países estudados e o Explorador de Dados.

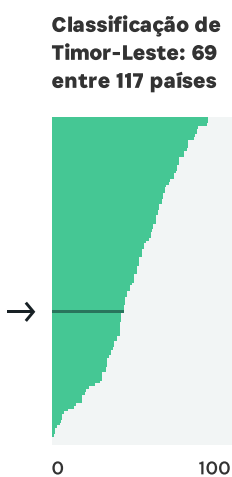


# Transparência

Esta parte do IOA mede o acesso do público à informação sobre como o governo central arrecada e gasta os recursos públicos. Avalia a disponibilidade por via eletrônica, a pontualidade e a abrangência de oito documentos orçamentais importantes, usando 109 indicadores de peso igual para pontuar cada país em uma escala de 0 a 100. Uma pontuação de 61 ou mais indica um país que provavelmente publica material suficiente para sustentar um debate público bem informado sobre o orçamento.

Timor-Leste tem uma pontuação em transparência de 40 (sobre 100).

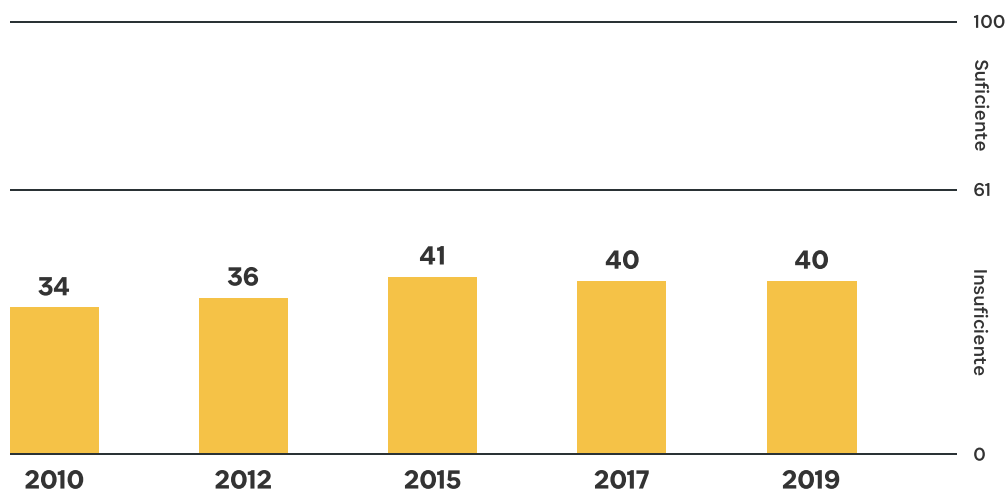
## Transparência de Timor-Leste em comparação a outros



|                                      |    |
|--------------------------------------|----|
| Média Global                         | 45 |
| Philippines                          | 76 |
| Indonesia                            | 70 |
| Thailand                             | 61 |
| Malaysia                             | 47 |
| República Democrática de Timor-Leste | 40 |
| Vietnam                              | 38 |
| Cambodia                             | 32 |
| Myanmar                              | 28 |

0 Insuficiente 61 Suficiente 100

## Como evoluiu a pontuação em transparência de Timor-Leste ao longo do tempo?



## Disponibilidade pública de documentos orçamentais de Timor-Leste

- Disponível para o Público
- Publicado com Atraso, ou Não Publicado por Meios Eletrônicos, ou Produzido Apenas para Uso Interno
- ⊘ Não Foi Produzido

| Documento                          | 2010 | 2012 | 2015 | 2017 | 2019 |
|------------------------------------|------|------|------|------|------|
| Declaração Pré-Orçamental          | ●    | ⊘    | ⊘    | ⊘    | ⊘    |
| Proposta de Orçamento do Executivo | ●    | ●    | ●    | ●    | ●    |
| Orçamento Promulgado               | ●    | ●    | ●    | ●    | ●    |
| Orçamento Cidadão                  | ⊘    | ⊘    | ●    | ●    | ⊘    |
| Relatórios Durante o Ano           | ●    | ●    | ●    | ●    | ●    |
| Revisão Semestral                  | ⊘    | ⊘    | ⊘    | ⊘    | ⊘    |
| Relatório de Fim de Ano            | ●    | ⊘    | ●    | ●    | ●    |
| Relatório de Auditoria             | ⊘    | ⊘    | ●    | ●    | ●    |

## Qual a abrangência do conteúdo dos principais documentos orçamentais que Timor-Leste disponibiliza ao público?

- 61-100 / 100
- 41-60 / 100
- 1-40 / 100

| Principal documento orçamental     | Finalidade e conteúdo do documento  | Exercício fiscal avaliado | Pontuação do conteúdo do documento |
|------------------------------------|---|---------------------------|------------------------------------|
| Declaração Pré-Orçamental          | Divulga os parâmetros gerais das políticas fiscais antes da Proposta de Orçamento do Executivo; esboça as previsões do governo para a economia, as receitas, despesas e endividamento.  | 2019                      | Não produzido                      |
| Proposta de Orçamento do Executivo | Apresentada pelo executivo ao poder legislativo para sua aprovação, contendo detalhes sobre fontes da receita, alocações aos ministérios, mudanças propostas em políticas públicas e outras informações para compreender a situação fiscal do país. | 2019                      | 52                                 |
| Orçamento Promulgado               | O orçamento aprovado pelo poder legislativo.  | 2018                      | 89                                 |
| Orçamento Cidadão                  | Uma versão mais simples e menos técnica da Proposta de Orçamento do Executivo ou do Orçamento Promulgado, redigida para divulgar dados chaves ao público.   | 2018                      | Não produzido                      |
| Relatórios Durante o Ano           | Incluem informações sobre receitas efetivamente arrecadadas, despesas efetivamente feitas e dívida assumida em diferentes intervalos; publicados trimestral ou mensalmente.   | 2018                      | 78                                 |
| Revisão Semestral                  | Uma atualização abrangente sobre a execução do orçamento no meio do ano, com a revisão dos pressupostos macroeconômicos e uma previsão atualizada dos resultados orçamentais.   | 2018                      | Não produzido                      |
| Relatório de Fim de Ano            | Descreve a situação das contas do governo no final do exercício fiscal e, idealmente, uma avaliação do progresso para alcançar as metas de política pública do orçamento.   | 2017                      | Uso Interno                        |
| Relatório de Auditoria             | Emitido pela Instituição Suprema de Auditoria, este documento examina se as contas de fim de ano do governo são corretas e completas.   | 2017                      | 48                                 |

Timor-Leste: A pontuação no quesito transparência de 40 no IOA de 2019 é em geral igual a sua pontuação em 2017.

## O que mudou em 2019?

Timor-Leste aumentou a disponibilidade de informação orçamentária ao:

- Publicar Relatório Durante o Ano por via eletrônica em tempo hábil.

**Porém, Timor-Leste reduziu a disponibilidade de informação orçamentária, ao:**

- Devido à promulgação tardia do orçamento para o exercício fiscal de 2018, apenas no final de setembro de 2018, não foi produzido o Orçamento Cidadão para o exercício fiscal de 2018.
- A promulgação tardia do orçamento para o exercício fiscal de 2018 também implicou em uma redução da informação divulgada na Proposta de Orçamento do Executivo para o exercício fiscal de 2019.

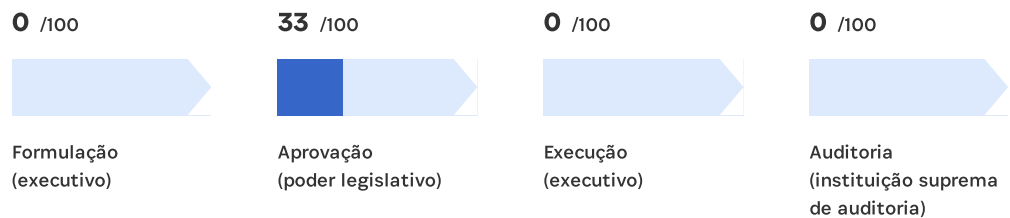
## Recomendações

Timor-Leste deve priorizar as seguintes ações para melhorar a transparência orçamental:

- Publicar Relatório de Fim de Ano por via eletrônica em tempo hábil.
- Produzir e publicar de modo consistente a Declaração Pré-Orçamental, o Orçamento Cidadão e a Revisão Semestral, por via eletrônica e em tempo hábil.
- Incluir na Proposta de Orçamento do Executivo explicações sobre como propostas para novas políticas de receita e despesa são reflectidas na Proposta de Orçamento.
- Melhorar o seguimento ao Relatório de Auditoria, com a publicação pelo Executivo, por via eletrônica, de um relatório rastreando medidas adotadas para responder a recomendações ou resultados da auditoria.



## Alcance das oportunidades para a participação pública no processo orçamental



poucos: 0 - 40; limitado: 41 - 60; adequado: 61 - 100

### Recomendações

Para reforçar a participação pública no processo orçamental de Timor-Leste, o Ministry of Finance deveria priorizar as seguintes ações:

- Testar mecanismos para o público participar na formulação do orçamento e monitorar sua execução.
- Promover ativamente a participação de comunidades vulneráveis e sub-representadas, diretamente ou através de organizações da sociedade civil que as representam.

O National Parliament de Timor-Leste realizou as audiências relativas à aprovação do orçamento anual, mas também deveria priorizar as seguintes ações:

- Permitir que o público e o meios de comunicação assistam e observem as audiências sobre a Proposta de Orçamento.
- Permitir que qualquer membro do público ou qualquer organização da sociedade civil exponha durante suas audiências sobre a proposta de orçamento antes de sua aprovação.
- Permitir que membros do público ou organizações da sociedade civil exponham durante suas audiências sobre o Relatório de Auditoria.

O Court of Appeals de Timor-Leste deveria priorizar as seguintes ações para melhorar a participação do público no processo orçamental:

- Estabelecer mecanismos formais para o público auxiliar no desenvolvimento de seu programa de auditoria e contribuir para investigações relevantes.

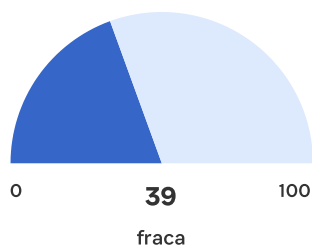


# Fiscalização do Orçamento

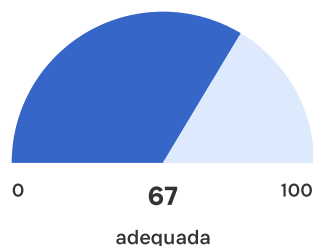
O IOA também examina o papel do poder legislativo e das instituições supremas de auditoria (ISAs) no processo orçamental e até que ponto elas proporcionam uma fiscalização adequada. Cada país recebe uma pontuação de 0 a 100, com base em 18 indicadores de peso igual. O inquérito também levanta informações adicionais sobre instituições fiscais independentes (ver Destaque).

O poder legislativo e a instituição suprema de auditoria de Timor-Leste, juntos, fazem uma fiscalização limitada durante o processo orçamental, com uma pontuação conjunta de **48** (sobre 100). Avaliados por separado, o grau de fiscalização de cada instituição é o seguinte:

## Fiscalização pelo legislativo



## Fiscalização pela instituição de auditoria



fraco: 0 - 40; limitado: 41 - 60; adequado: 61 - 100

## Recomendações

O National Parliament de Timor-Leste oferece uma fiscalização limitada durante a etapa de planeamento no ciclo orçamental e uma fiscalização fraca durante a etapa de execução. Para melhorar a fiscalização, as seguintes ações deveriam ser priorizadas:

- O executivo deve apresentar a Proposta de Orçamento completa ao legislativo em tempo hábil, e o legislativo deve aprovar o orçamento bem antes do início do novo exercício fiscal.
- Comissões legislativas devem examinar a Proposta de Orçamento do Executivo e publicar por via eletrônica relatórios com sua análise dela.



- Uma comissão legislativa deveria examinar a execução orçamental durante o ano e publicar por via eletrônica relatórios com suas conclusões.
- Na prática, garantir que o poder legislativo seja consultado antes que o executivo transfira recursos entre as unidades administrativas especificadas no Orçamento Promulgado durante o exercício fiscal.
- Uma comissão do poder legislativo deveria examinar o Relatório de Auditoria e publicar por via eletrônica um relatório com suas conclusões.

Para reforçar sua independência e fazer uma fiscalização orçamental mais eficaz em Timor Leste, o Court of Appeals deve:

- Garantir que os processos de auditoria sejam revistos por um órgão independente.

### **A prática emergente de estabelecer instituições fiscais independentes**

Timor-Leste não possui uma instituição fiscal independente (IFI). Cada vez mais, os IFIs são reconhecidos como provedores valiosos de informações independentes e imparciais para o Executivo e/ou Legislativo durante o processo orçamental.

*\*Estes indicadores \*não\* são pontuados no Inquérito do Orçamento Aberto.*

# Metodologia

---

- O IOA de 2019 avaliou apenas documentos publicados e eventos, atividades ou novidades ocorridos até 31 de dezembro de 2018.
- Este inquérito se baseia em um questionário preenchido em cada país por um especialista independente em assuntos de orçamento.

Celestino Gusmao; Elizaria Febe Gomes; Charles Scheiner

La'o Hamutuk

Rua Dom Alberto Ricardo, Bebora, Dili, Timor-Leste (Tel. +670-3321040)

atino@laohamutuk.org; febe@laohamutuk.org; charlie@laohamutuk.org

- Para reforçar a pesquisa, o draft do questionário sobre cada país também é revisado por um especialista anônimo independente.